

FORMAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA-MS



Thiago da Silva Melo  

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, professor
convocado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Contato: thiago.melo@uems.br

Como citar: MELO, T. S. Formação espacial do município
de Ivinhema-MS. *Revista Formação (Online)*, v. 30, n.
57, p. 147-172, 2023.

Recebido: XX/XX/202X

Aceito: XX/XX/202X

Data de publicação: XX/XX/202X

Resumo

A formação de Ivinhema-MS remonta às décadas de 1950 e 1960, a partir da apropriação privada da terra pela Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), responsável pelo loteamento e revenda de propriedades rurais no contexto da integração nacional e de conflitos no campo no Brasil. O objetivo dessa pesquisa é analisar quais fatores influenciaram na formação do município bem como suas causas e consequências, principalmente para o campo. A metodologia utilizada se baseou em revisão bibliográfica e levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi possível verificar que a formação espacial de Ivinhema-MS ocorre em um contexto de expansão geográfica do capital no país, aliada a fatores internos como a luta pela terra, a industrialização e urbanização na região sudeste além da necessidade de garantir o domínio estatal em áreas de fronteira.

Palavras-chave: Capitalismo. Espaço agrário. Latifúndio.

SPATIAL FORMATION OF IVINHEMA-MS

Abstract

The formation of Ivinhema-MS dates back to the 1950s and 60s from private land appropriation by SOMEÇO - Society for Improvement and Colonization - responsible for allotting and resale of rural properties within the context of national integration and rural conflicts in Brazil. The objective of this research is to analyse which factors have influenced in the formation of the municipality as well as their causes and consequences mainly for the field. The methodology used was based on a literature review and data collection from the IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics. It has been possible to verify that the spatial formation of Ivinhema-MS takes place in a context of geographical expansion of national capital coupled with internal factors such as the land struggle, the industrialisation and urbanisation in the southeast region, in addition to the need to ensure state dominance in frontier areas.

Keywords: Capitalism. Agrarian space. Latifundium.

FORMACIÓN ESPACIAL EM IVINHEMA-MS

Resumen

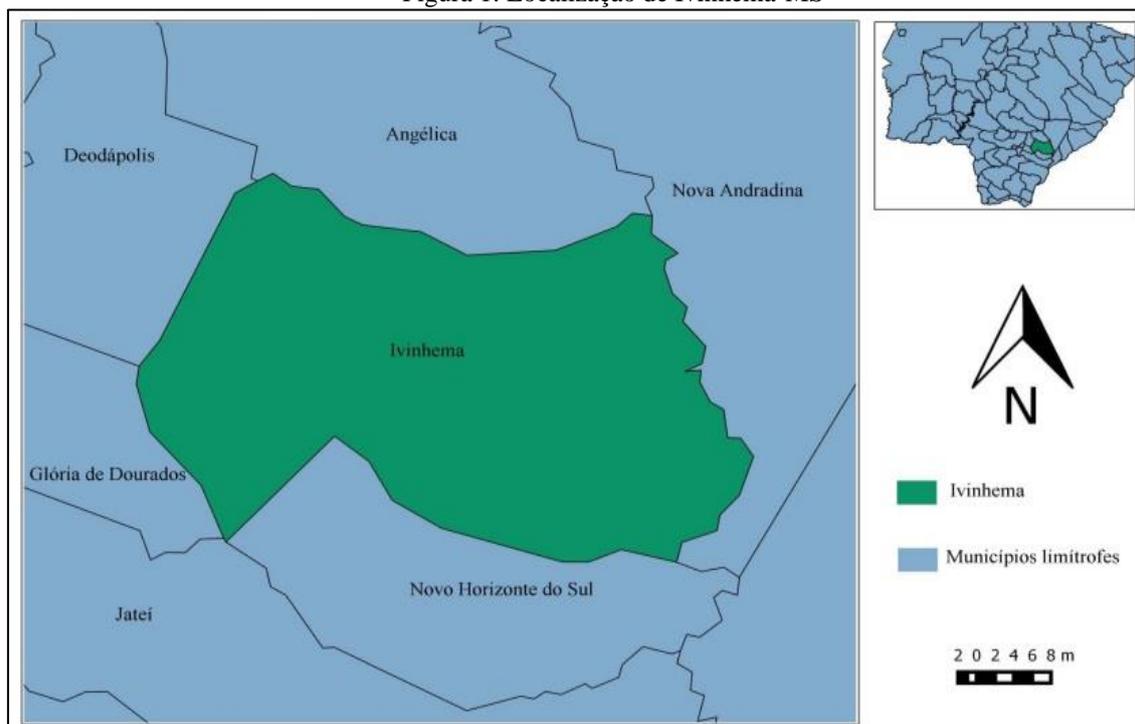
La formación de la ciudad de Ivinhema-MS se remonta a las décadas de 1950 y 1960, a partir de la apropiación privada de tierras por parte de la Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), encargada de la subdivisión y reventa de propiedades rurales en el contexto de la integración nacional y los conflictos agrarios en Brasil. El objetivo de esta investigación es analizar los factores que influyeron en la formación del municipio, así como sus causas y consecuencias, principalmente para el campo. La metodología utilizada se basó en la revisión bibliográfica y la recopilación de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Se pudo verificar que la formación espacial de Ivinhema-MS ocurre en un contexto de expansión geográfica del capital en el país, junto con factores internos como la lucha por la tierra, la industrialización y urbanización en la región sureste, además de la necesidad de garantizar el dominio estatal en áreas de frontera.

Palabras clave: Capitalismo. Espacio agrario. Latifundio.

INTRODUÇÃO

O município de Ivinhema foi criado pela Lei nº 1949 de 11 de novembro de 1963 e está localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com 5 municípios, conforme figura 1:

Figura 1: Localização de Ivinhema-MS



Elaboração: O autor

Até meados do século XIX toda a porção sul do atual estado de Mato Grosso do Sul era habitada pelo povo indígena Guarani-Kaiowá que baseavam sua existência na coleta, caça, pesca e artesanato, feitos com base em conhecimentos biodinâmicos, com respeito à natureza a partir da utilização integral de materiais.

Em 9 de dezembro de 1882 foi assinado o decreto imperial nº 8799, que autorizava a concessão de terras para a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira. No entanto, o decreto não impedia a ocupação da terra e a exploração por parte dos moradores locais.

Após décadas de exploração dos ervais, com sucessivas renovações de contrato de arrendamento, que chegaram a abarcar uma área de mais de um milhão de hectares, a Companhia Matte Larangeira, já com o nome de Larangeira Mendes & Cia, teve o fim de suas concessões de terra em 1943, após Getúlio Vargas assumir a Presidência.

Nesse momento, o país já se deparava com diversas questões como a urbanização acelerada devido à industrialização, com aumento da demanda por matérias-primas, acirramento dos conflitos no campo, devido à concentração fundiária e a necessidade de maior controle nas áreas de fronteira.

As tensões no campo e a luta pela Reforma Agrária foi barrada no Congresso Nacional tanto pelos latifundiários quanto pela burguesia. A estratégia foi desviar o foco da necessidade

da reestruturação da estrutura fundiária das áreas já ocupadas, em favor da expansão em novas áreas do oeste brasileiro, por meio da colonização a ser realizada por empresas privadas.

Como veremos, essa estratégia surtiu efeito não somente ao garantir a propriedade dos latifúndios existentes como na ampliação através da incorporação das novas áreas que eram destinadas às empresas privadas colonizadoras, como o caso de Ivinhema.

De acordo com Harvey (2005), as tensões que surgem no sistema capitalista fazem parte de sua própria contradição e da dependência do processo de acumulação de alguns fatores como: mão de obra excedente, quantidades necessárias de meios de produção com sua apropriação privada controlada por uma pequena parcela da população e a existência de mercado consumidor.

Para promover a integração espacial necessária ao apaziguamento de todas essas questões, optou-se pelo viés desenvolvimentista da ocupação capitalista. Nessa lógica, o primeiro passo é incorporar o local e estimular processos migratórios para que haja o aumento da mão de obra.

Em um segundo momento, ocorre a integração econômica através da expansão do capital, com o objetivo de produzir alimentos e matérias-primas para os centros urbanos em processo de industrialização, além da criação de mercados que passariam a consumir produtos industrializados. Com relação aos latifúndios improdutivos, passam a figurar como reserva de valor e capital político para seus proprietários.

Nesse sentido, o estudo do espaço tem sido um tema bastante relevante nos estudos geográficos. Isso demanda uma análise dos processos e atores que compõem o espaço em sua dinâmica no âmbito de diversas correntes teórico-metodológicas.

Esse trabalho utiliza o conceito de formação espacial por ser um instrumento de análise com a ótica do materialismo histórico dialético que permite o estudo dos aspectos sociais e econômicos de diversas perspectivas ao considerar os múltiplos fatores que o influenciam. (CRUZ, 2003)

A combinação entre ser humano e meio pode ser compreendida na relação história e natureza e provoca o estabelecimento de uma totalidade que é baseada em relações que são múltiplas e diversas, como evidenciado por Moreira (1982).

Para Cruz (2003, p. 71) “[...] a história dos homens constitui a história da transformação permanente acumulativa da natureza pelo processo de trabalho.”

Compreender a formação espacial nos permite observar e compreender um sistema de relações sociais que a partir da apropriação da natureza provoca as diferenças de classes sociais

no capitalismo, passando a constituir um retrato elucidativo de tal diferenciação. (MOREIRA, 1982).

Por isso, esse conceito se torna um instrumento importante nos estudos geográficos pela busca da compreensão da totalidade de questões sob um olhar integrador que analisa diversas variáveis e não por meio da dicotomia.

Em vista disso, Cruz (2003) destaca que a obra de Prado Júnior (1942) se tornou um marco ao analisar e compreender o Brasil através da evolução histórica de sua organização socioeconômica. A autora também destaca outros estudos relevantes que utilizaram a mesma perspectiva como Moreira (1982), Moraes e Costa (1980) e Santos (1992).

Com essa perspectiva, o objetivo dessa pesquisa é analisar quais fatores influenciaram na formação do município bem como suas causas e consequências, principalmente para o campo. A metodologia utilizada se baseou em revisão bibliográfica e levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica sobre o tema, elaboração de mapa de localização do objeto de estudo, análise dos censos agropecuários do IBGE para evidenciar o crescimento das grandes propriedades ao longo das décadas no município e pesquisa fotográfica.

CONTEXTO E FATORES DA ‘MARCHA PARA O OESTE’

O processo de formação capitalista do território em Ivinhema ocorreu em decorrência da combinação de diversos fatores, entre eles: a necessidade de o capital incorporar novas áreas ao seu processo produtivo, dar sustentação à industrialização concentrada da região Sudeste, garantir o domínio territorial e atenuar os conflitos e a luta pela terra no campo.

A expansão geográfica do capital é parte de suas características intrínsecas, pois “o modo capitalista de produção tem no seio do seu desenvolvimento contraditório a necessidade de continuar a produzir o capital.” (OLIVEIRA, 1986, p. 26)

Não obstante, faz-se necessário tratar dos elementos que envolvem a reprodução capitalista do capital, nesse sentido, Oliveira (1986), tanto quanto Martins, tratou de mostrar a diferença entre produção e reprodução de capital:

[...] é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas de reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. Portanto, não só relações não capitalistas de produção podem ser

dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1981, p. 171).

Como visto, o processo de reprodução capitalista do capital pressupõe a produção prévia do capital, por meio da apropriação de bens que não são por ele produzidos, especificamente a natureza e o trabalho.

O processo capitalista tem início com a ordenação da produção, cujo objetivo é extrair valor excedente da mão de obra empregada. Tal processo de produção acontece no espaço transformado em território em vista das relações de poder. O território integra o processo de produção enquanto “matéria-prima”, quando está vinculado à produção no agrícola ou como “espaço” quando relacionado à produção industrial (CALABI; INDOVINA, 1973).

O processo de produção e reprodução capitalista é repleto de contradições que, recorrentemente, transformam-se em crises econômicas, produzindo grandes tensões no processo de acumulação de capital. De acordo com Harvey (2005), essas tensões são decorrentes da dependência que o processo de acumulação possui dos seguintes fatores:

O primeiro diz respeito à existência de mão de obra excedente, os chamados exércitos de reserva do capital, que podem ser conseguidos por meio do crescimento populacional ou da geração de correntes migratórias.

Segundo, a existência de quantidades necessárias de meios de produção, bem como sua apropriação privada por uma pequena parcela da população, ao passo que a maioria precisa ser excluída de seu acesso para servir como mão de obra a serviço da primeira no processo de produção do capital.

Por fim, a existência de mercado consumidor para absorver as quantidades cada vez maiores dos mais diversos tipos de mercadorias que são produzidas, para tanto é necessário a ampliação permanente de sua área de atuação.

Tais fatores estiveram presentes no processo de produção capitalista do espaço em Ivinhema: a geração proposital de correntes migratórias para o oeste do país provocou a formação de mão de obra excedente na medida em houve a apropriação privada de meios de produção como a terra e a exclusão de camponeses ao seu acesso.

Nesse sentido, inicia-se o processo de espacialização do latifúndio que ocorreu de maneira semelhante na porção sul do então estado de Mato Grosso e no norte do Paraná.

A obra de Monbeig (1984), evidencia a atuação de latifundiários paulistas na expansão de seus domínios para outras áreas do país, dentre elas, o sul do então estado de Mato Grosso, sendo que o autor denomina esse processo de frente pioneira.

Nesse contexto, Martins (1997) elabora uma análise a partir das noções de frente pioneira e frente de expansão. A frente pioneira se caracteriza pela presença do capital na produção e a frente de expansão, ocorre com a ocupação do espaço sem a mediação do capital.

A frente de expansão ocorre com a chegada de camponeses posseiros e indígenas que se apropriam de espaços para a reprodução de seu modo de vida, e é anterior à frente pioneira, que ocorre com a chegada do capitalista que produz para o mercado, com um forte teor ideológico de modernização.

De acordo com Fabrini (1996), a chegada da frente pioneira sobre os territórios camponeses e indígenas é um processo violento e conflituoso, onde as terras passam a ser requisitadas para serem incorporadas à economia de mercado.

Ainda conforme o autor, o sul de Mato Grosso do Sul foi ocupado por duas frentes colonizadoras: a primeira no final do século XIX e início do século XX, composta por gaúchos que buscavam expandir a atividade pecuária.

A segunda, já por volta da metade do século XX, feita por paulistas, paranaenses e nordestinos como frente pioneira, com a presença de empreendimentos econômicos e a privatização da propriedade da terra, incorporando essas áreas à economia de mercado.

Dentre as determinantes desse segundo momento, Fabrini (1996) destaca a crise do café, a quebra da bolsa de valores em 1929 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que favoreceram a expansão da pecuária, tendo em vista o aumento da demanda por carne no mercado internacional.

Com a implantação de relações capitalistas, o assalariamento passa a ser a regra também nas relações de trabalho, o que permite a formação de mercado para consumir as mercadorias que são produzidas:

A acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado [...], que não apenas lança as sociedades pré-capitalistas no mercado mundial, mas eventualmente introduz a relação especificamente capitalista de trabalho assalariado em tais sociedades (SMITH, 1988, p. 131).

As crises periódicas pelas quais o capital passa são parte integrante de seu desenvolvimento desigual e contraditório, culminando na sistemática necessidade de reestruturação:

As crises periódicas do capital têm o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional apresentando a característica de aumentar a demanda efetiva por produtos, esvaziando o mercado de todos os bens produzidos (HARVEY, 2005, p. 47).

Nisso repousa a dinâmica de expansão geográfica do capital, como expõe Harvey (2005, p. 43): o sistema capitalista é [...] muito dinâmico e inevitavelmente expansivo; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

No começo dos anos 1950, a economia brasileira passou a ser predominantemente industrial e cidades do sudeste brasileiro, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte passaram a receber grande quantidade de migrantes provenientes das demais regiões. Isso provocou o aumento da necessidade de matéria-prima para abastecer a indústria e de alimentos para a população.

A demanda por matéria-prima e alimentos deveria ser suprida pela produção em pequenas propriedades, pois haveria o aumento da oferta desses gêneros e, conseqüentemente, a redução do preço dos alimentos: os imóveis com dimensão menor que 100 hectares eram responsáveis por mais da metade dos alimentos produzidos no campo (CAMARGO, 1983).

No entanto, devido a concentração fundiária na região sudeste, a área total das pequenas propriedades era insuficiente para produzir e suprir a demanda do crescimento industrial, tendo em vista a predominância da pecuária e das monoculturas, opção preferencial da grande propriedade, nos casos em que essa não recai sobre a ociosidade.

A monopolização da terra no Brasil tem origem na História, iniciada com a invasão colonial e o correspondente sistema fundiário implantado: o regime de sesmarias, que determinava o perfil dos indivíduos que poderiam usufruir da posse da terra:

O sistema de sesmarias, transplantadas de Portugal para o Brasil, estabelecia que o beneficiário fosse sempre uma pessoa que houvesse prestado serviços ao rei ou à Coroa, fosse cristão e possuísse bens e autoridade suficiente para demarcar o lote recebido, desmatá-lo, e realizar o povoamento e a cultura da terra, implantou no Brasil um sistema latifundiário e monocultor (ANDRADE, 1980, p. 18).

A agricultura preconizada por este modelo não privilegiava o abastecimento interno, tendo como consequência a elevação do custo de vida e conseqüentemente a frágil constituição de um mercado para produtos industrializados. A prevalência dos latifúndios também possuía outro efeito economicamente indesejável: desviava capitais de atividades econômicas produtivas para o pagamento da renda da terra (PRIORE, 2010).

Poder-se-ia supor que isso seria suficiente para uma ampla adesão dos capitalistas urbanos às lutas pela Reforma Agrária, o que não ocorreu. Mais uma vez, a classe burguesa

tomaria parte da aliança para inviabilizá-la, por meio de estratégias ideológicas criminalizadoras/desqualificadoras e que, naquele momento, logrou pleno êxito no plano da ação política e suas derivações concretas.

Como consequência desse modelo latifundiário-exportador, o preço dos alimentos aumentou consideravelmente, provocando a elevação do custo de vida e, um obstáculo ao crescimento industrial brasileiro, uma vez que, restava pouco dinheiro para a população adquirir bens de consumo industrializados (PRIORE, 2010).

Trata-se de

Política econômica voltada ao mercado externo, concentradora de rendas e dependente de decisões tomadas nos países metropolitanos, que elaboram um modelo mundial de produção e utilização do espaço que torne cada vez maior a acumulação de capital. Política econômica responsável pela grande concentração social e espacial da renda no Brasil e pela baixa, cada vez mais baixa, qualidade de vida da população brasileira (ANDRADE, 1980, p. 9).

Diante deste cenário, a solução encontrada para o abastecimento da indústria e a demanda por alimentos foi a expansão da fronteira agrícola e a integração de novas áreas ao processo produtivo, objetivando também a ampliação do mercado de consumo para o capital industrial:

A necessidade de incorporação de novas áreas ao processo produtivo visando dar sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial do Brasil levou o governo a voltar suas atenções para o oeste do país, com medidas que garantissem sua ocupação e inserção produtiva (MIZUSAKI, 2009, p. 53).

É possível argumentar que existem dois elementos fundamentais para se compreender a integração especial sob o viés da lógica desenvolvimentista da ocupação capitalista. Primeiramente, o local passa a incorporar o processo de integração nacional, na medida em que áreas pouco habitadas foram os principais focos da colonização por meio de empresas privadas.

Segundo, pela ocorrência da integração econômica por meio da expansão do capital, com o objetivo de produzir alimentos e matérias-primas para os centros urbanos da região Sudeste que estavam em processo de industrialização, além da criação de mercados que passariam a consumir produtos industrializados.

Outra intenção da “Marcha para o Oeste” (1938-1945) foi garantir o domínio brasileiro sobre o território nas áreas de fronteira e garantir a ocupação de um espaço pensado durante muito tempo como “vazio demográfico”.

No entanto, apesar de o espaço mato-grossense parecer desarticulado, já nas primeiras décadas do século XX, é possível identificar várias áreas povoadas e ligadas à diversas atividades econômicas:

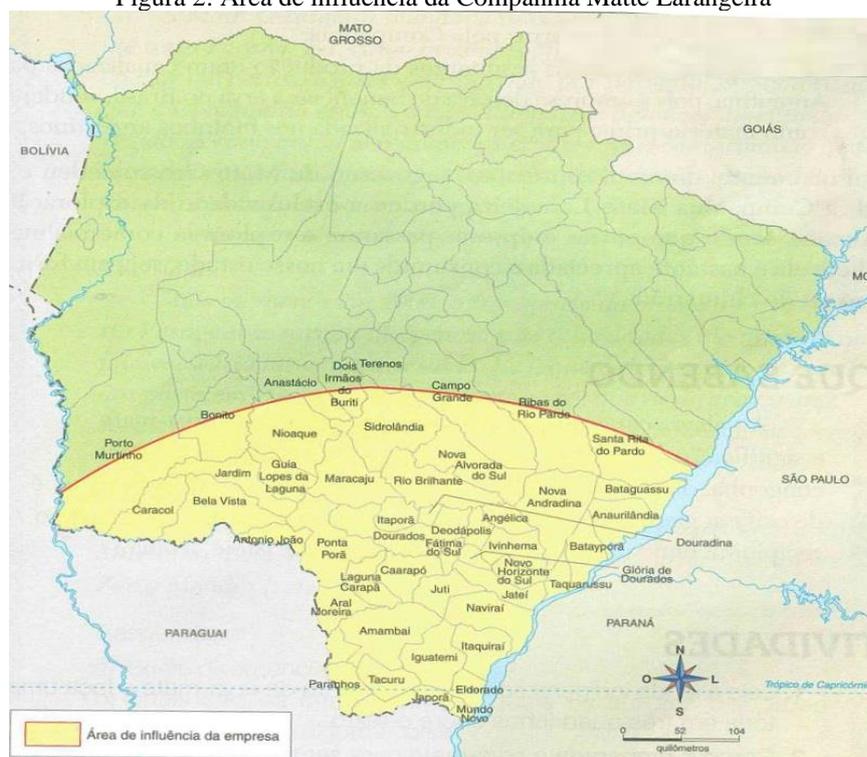
É possível indicarmos, em Mato Grosso, a existência de cidades que se originaram nas áreas de garimpo; destilarias, engenhos e usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá; grandes fazendas de gado de criação extensiva no Pantanal; cidades e propriedades que surgiram depois da Guerra do Paraguai, ou ainda, ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; lavouras de cereais (arroz, milho e feijão) instaladas em solos férteis de áreas de mata e que se destinavam já, aos mercados consumidores e uma imensa área de campos para a exploração dos ervais nativos no Cone Sul mato-grossense (ABREU, 2001, p. 46 e 47).

Em grande parte do sul de Mato Grosso, inclusive na área onde posteriormente foi fundado o município de Ivinhema, era realizada a exploração comercial da erva mate pela Companhia Matte Larangeira, que detinha o direito da exploração e exportação por meio de concessão do Estado para seu proprietário Thomaz Larangeira, através do Decreto Imperial nº 8799 de 1882.

O arrendamento das terras com a finalidade de exploração dos ervais para Thomaz Larangeira, não seguiu as regras usuais da legislação, uma vez que, o país já havia adotado a compra e venda como regra geral para o direito de acesso à terra, a partir de 1850 com a Lei de Terras (SILVA, 2014).

É importante destacar que a empresa não detinha a propriedade da terra, somente a concessão da exploração dos ervais, o que possibilitava a coexistência com povos indígenas em áreas onde não haviam ervais e mesmo com a presença de posseiros que exploravam os ervais de maneira autônoma.

Figura 2: Área de influência da Companhia Matte Larangeira



Fonte: IBGE. Adaptado de GRESSLER e SWENSSON (1988).

O trabalho era realizado, principalmente, por paraguaios que eram aliciados e levados para trabalharem nos ervais, onde passavam a contrair dívidas com a empresa por conta da necessidade do consumo de vários produtos que eram cobrados com preços abusivos e, em contrapartida, o pagamento recebido pelo trabalhador era reduzido devido a manipulação na contabilização do peso da erva entregue por ele. Tais mecanismos, instalaram o que pode ser chamado de “servidão por dívidas” (BIANCHINI, 2000).

A Companhia Matte Larangeira foi a primeira empresa a expressar com mais clareza a iniciativa do grande capital no sul do então estado de Mato Grosso, ao explorar economicamente os ervais, tendo como objetivo a exportação para outros países como a Argentina (ABREU, 2001).

Após décadas de exploração dos ervais, com sucessivas renovações de contrato de arrendamento que chegaram a abarcar uma área de mais de um milhão de hectares, a Companhia Matte Larangeira, já com o nome de Larangeira Mendes & Cia, teve o fim de suas concessões de terra em 1943, após Getúlio Vargas assumir a Presidência.

O fim dos arrendamentos já demonstrava a intenção do Estado em reorganizar o espaço, permitir a expansão da fronteira agrícola e efetuar a integração da região ao mercado nacional, uma vez que, o que havia não era um “vazio demográfico” e sim, atividades até então desenvolvidas com a finalidade de exportação ou abastecimento local.

Com a retomada das terras se inicia a política de colonização que inicialmente foi capitaneada pelo Estado através do projeto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com início ainda no ano de 1943 e implantação em 1948, quando houve a demarcação da área de sua instalação e a divisão da terra em pequenos lotes para receber camponeses que vinham principalmente do Nordeste, São Paulo e Minas Gerais:

A colonização foi implementada no Estado como parte da estratégia do Governo Federal que visava a ocupação dos "espaços vazios" e o fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteira, com a implantação de colônias agrícolas nacionais. O projeto tinha como meta a expansão da pequena propriedade, como forma de diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional. Através da "Marcha para o Oeste", tentava-se conquistar o interior do país, para a sua integração à economia nacional (MORENO, 1999, p.75).

Além da necessidade de expansão do capital, da proteção das fronteiras e da integração nacional, a expansão para o oeste e a emigração de grandes contingentes populacionais tinham como finalidade o controle de conflitos sociais para garantir a manutenção do poder das elites urbana e latifundiária.

Houve também o deslocamento de recursos do setor agrícola para o setor industrial, afetando os investimentos dos latifundiários no campo, que diminuiriam a produção na medida em que a possibilidade de auferir renda da terra através de recursos públicos havia sido afetada (OLIVEIRA, 1999).

A classe latifundiária, por sua vez, transferiu o ônus da redução dos recursos para a classe camponesa por meio da redução de salários e demissões de trabalhadores, acirrando as tensões no campo.

Em decorrência desses problemas, começou a haver uma migração em massa desses camponeses rumo à cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, o que acarretou o inchaço dos grandes centros urbanos e, por consequência, o agravamento das tensões sociais como aumento do desemprego, baixos índices de escolaridade, condições precárias de habitação, saneamento e saúde.

Diante de tal cenário, parecia iminente a explosão de conflitos incontroláveis, forçando o Estado a adotar estratégias para intervir nesse processo, como o deslocamento dos trabalhadores desempregados. Sobre o comando do país, Getúlio Vargas colocou em prática políticas públicas com a finalidade de gerar empregos e limitar a saída em massa de camponeses do meio rural por meio da criação de frentes de trabalho no campo (OLIVEIRA, 1999).

Para aqueles que defendiam uma mudança radical no espaço rural, a solução para os conflitos sociais seria a realização da Reforma Agrária, por acreditarem que sem ela, a economia do Brasil estaria condenada à estagnação ou a crescente dependência de investimentos estrangeiros.

A preocupação de intelectuais como Furtado (1983) e Prado Júnior (1979), com viés econômico ao proporem a Reforma Agrária, deixa claro que o que estava em jogo não era apenas o bem-estar social da população, mas sua integração à economia nacional como maneira de se propiciar o crescimento industrial do país ancorado no mercado consumidor interno.

O agravamento das tensões urbanas e rurais e a abertura de discussão sobre a necessidade da realização da Reforma Agrária significou o surgimento de uma ameaça para o poder dos latifundiários.

A ameaça de uma possível realização da reforma agrária foi combatida no Congresso Nacional tanto pelos latifundiários quanto pela burguesia. Assim, foi desviado o foco sobre a necessidade da reestruturação da estrutura fundiária das áreas já ocupadas, em favor da estratégia de expansão em novas áreas do oeste brasileiro, por meio da colonização a ser realizada por empresas privadas.

Aliás, até então, a questão agrária pouco figurava no cenário dos debates políticos, pois a grande maioria de seus representantes pertenciam ou estavam a serviço das oligarquias latifundiárias, impedindo medidas que sinalizassem para a Reforma Agrária como solução aos problemas sociais e econômicos do campo e da cidade. Por isso: “Para desviar o foco e apaziguar os conflitos no meio rural, o processo de colonização foi, a sua medida, uma proposta para amenizar o ímpeto pela reforma agrária.” (ANTÔNIO, 2015, p. 24)

As políticas públicas evidenciam a opção pela não realização de uma Reforma Agrária que pudesse retirar o poder político da classe latifundiária e permitir a participação da classe camponesa na esfera das decisões políticas. Aceitável seria aquela capaz de reestruturar o sistema de acesso à terra, conseqüentemente, o desenvolvimento da pequena propriedade como forma de dar sustentação ao processo de expansão industrial.

Não por acaso, a política de colonização empregada durante o Estado Novo tinha como finalidade a conciliação de interesses divergentes:

A política de colonização adotada no Estado Novo conciliou impasses entre interesses do capital internacional e grupos defensores da reforma agrária. A Marcha para Oeste se inseria numa proposta de resolver a questão da defesa das fronteiras, escoando o excesso populacional das grandes cidades e partes da região nordeste, onde haviam conflitos pela posse da terra. Tinha-se como projeção diminuir problemas sociais e garantir a posse da propriedade aos latifundiários, uma vez que, não seria preciso promover uma mudança na estrutura fundiária nas regiões de maiores conflitos, pois os trabalhadores que lutavam por terras seriam direcionados para a colonização dirigida. A proposta de colonização atendia a expectativa da expansão do capital (ANTÔNIO, 2015, p. 29 e 30).

Ao contrário das regiões sudeste e nordeste que já apresentavam uma estrutura fundiária bastante concentrada, a justificativa inicial dos projetos de colonização no Oeste era permitir a formação de pequenas propriedades através de uma política de divisão de terras a camponeses que permitisse a diversificação da produção no campo (MORENO, 1999).

No entanto, ao se analisar as políticas propostas pelo Estado Novo e sua efetivação, nota-se que esta foi “[...] particularmente reticente e ambígua, já que não atacou de frente o ‘latifúndio improdutivo’, [...]” (LENHARO, 1986, p. 47).

Nos anos 1950, após a eleição de Juscelino Kubitschek, os debates acerca da Reforma Agrária aumentaram, com a discussão, os problemas agrários e os meios que poderiam resolver a questão, inclusive com a realização de eventos para pôr em pauta a temática, como a Conferência Rural Brasileira, realizada em fevereiro de 1956.

Nessa Conferência, ficou evidente a posição dos latifundiários que foram contra a possibilidade de uma Reforma Agrária estrutural e imediata, sinalizando na direção de programas ditos de colonização promovidos pelo Estado e pela iniciativa privada no oeste do

Brasil, predominando a ideia de que o Estado possuía grande quantidade de terras devolutas que não possuíam “valor”, sendo preciso vendê-las a quem pudesse povoá-las (CAMARGO, 1983).

Apesar de toda a discussão em torno da necessidade da Reforma Agrária, a proposta que prevaleceu foi a dos latifundiários, prova disso é que passou a haver uma prioridade progressiva à chamada colonização ao invés de uma reforma agrária estrutural, como no sul do então estado de Mato Grosso,

[...] onde atuaram empresas colonizadoras, como a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), na colonização de Bataguassu (1941) e Bataiporã (1961); a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso, em Naviraí (1952); a Imobiliária Sul de Mato Grosso, que principiou a colonização de Amandina (1952); a firma Moura Andrade, em Nova Andradina (1958); a Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda. (CIDAL), em Angélica (1960); e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO S/A), em Ivinhema (1961) (ANTÔNIO, 2015, p. 17, 18).

O processo de colonização privada avançava e a integração do território nacional também, com a construção de estradas e infraestruturas possibilitadas pela expansão do capital:

[...] a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção (SMITH, 1988, p. 175).

Nesse sentido, a construção de Brasília merece ser destacada, pois necessitou de grandes investimentos do capital internacional e redirecionou a onda migratória, principalmente do Nordeste, para novas áreas incorporadas ao processo produtivo.

A APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA EM IVINHEMA

No governo seguinte, João Goulart adotou uma postura nacional-reformista e retomou o diálogo sobre reformas necessárias ao desenvolvimento do Brasil, dentre elas a agrária, passando a enfrentar grande oposição de latifundiários e setores da burguesia nacional que se aliavam ao capital estrangeiro e agiam política e ideologicamente no sentido de manipular a opinião pública e impedir todos os projetos de cunho reformista no Congresso Nacional.

A articulação da força política dos latifundiários e da burguesia nacional que se associou ao capital estrangeiro aumentou as disputas políticas internas, forjando a realização da colonização capitaneada por empresas particulares, em detrimento da Reforma Agrária, e endossando o golpe militar de 1964.

Dessa forma, devido à pressão da classe latifundiária e os interesses das burguesias nacional e internacional, foram criadas as condições legais para a efetivação da colonização para realizar o reordenamento fundiário na porção oeste do Brasil.

O processo de privatização das terras devolutas, entre 1950 a 1964, no estado de Mato Grosso, teve como característica a venda indiscriminada das terras públicas e mesmo sua utilização em disputas eleitorais dos próprios políticos latifundiários do estado, com finalidade de premiar e pagar favores políticos, transformando os projetos de colonização em um negócio rentável:

A política de colonização foi transformada num rentoso negócio de terras para a maior parte dos concessionários, que não cumpriram os contratos firmados com o Estado e usaram a terra para especular em benefício próprio. O tratamento dado às questões de terras foi tão fraudulento, que ocasionou a suspensão das atividades públicas do D.T.C. por diversas vezes, culminando com o seu fechamento em 1966 (MORENO, 1999, p. 78).

O clientelismo e a corrupção no Departamento de Terras e Colonização (DTC) eram responsáveis por grandes negociatas, inclusive com a participação de funcionários do órgão que beneficiavam a si e possíveis compradores, sendo que “verificou-se o apoio ostensivo dos Governos Estadual e Federal na concessão de terras a empresários, grupos econômicos ou pessoas individuais ligadas ao grupo político no poder.” (MORENO, 1999, p. 87)

A forma como a terra foi sendo privatizada e apropriada deixa evidente a manutenção e expansão do monopólio das oligarquias latifundiárias do Estado e de grupos capitalistas (as empresas privadas de colonização) sobre o território: “O processo de ocupação do território teve como característica o corte monopolista do capitalismo, não havendo, portanto, a disputa livre no mercado dos interesses privados, mas sim uma ação de monopólios.” (MORENO, 1999, p. 80)

A monopolização do acesso à terra foi possível graças a atuação corrupta das oligarquias latifundiárias locais, empresas colonizadoras e servidores públicos que estabeleceram entre si um pacto para decidirem a destinação das terras públicas:

Mas a corrupção se instala quando há pacto entre aqueles que detêm o controle e o poder de decidir sobre a destinação das terras públicas. A centralização do poder político-econômico pelos mesmos grupos dominantes que historicamente se alternaram no comando do Estado, permitiu a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra. Nesses moldes, a transformação das terras devolutas no Estado em propriedades privadas consolidou uma estrutura fundiária altamente concentrada, revelando o “caráter rentista” da expansão da produção capitalista no campo (MORENO, 1999, p. 87 e 88).

Ou seja, a ideia principal da expansão da fronteira agrícola para o oeste que era a de combater o latifúndio não se concretizou devido as relações de poder exercidas sobre o Estado, por parte da elite latifundiária e agentes do capital que salvaguardaram “seus interesses político-econômicos através de um sistema eleitoral baseado na troca de favores, onde a terra teve poder de barganha” (MORENO, 2007, p. 55)

Com relação a territorialização dos projetos de colonização de empresas privadas, houve claramente uma lógica de especulação fundiária e altos rendimentos, pois, na medida em que as terras recebiam infraestruturas do Estado, como estradas, escolas, postos de saúde, seu preço se elevava ao ser negociada e revendida:

A territorialização dos projetos particulares, por sua vez, obedeceu a lógica da especulação fundiária. Pela grande quantidade de terras devolutas existentes no Estado e, sobretudo, pela facilidade de aquisição e regularização dessas terras, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um negócio altamente rentável, considerando que muitas dessas terras foram adquiridas de “terceiros”, sabidamente com vícios na titulação, que deram origem ao domínio particular. Esse era o esquema de grilagem legalizada (MORENO, 1999, p. 82).

Ainda no final do século XIX, os governos do estado de Mato Grosso favoreceram e incentivaram latifundiários a terem acesso a vastas extensões de terra. Foi construída toda uma estrutura legal para intermediar e legitimar os mais variados interesses da classe latifundiária no acesso à terra e oferecer suporte para a manutenção de seu poder quando estas passaram a ser de sua propriedade privada.

Fica claro que não foi somente pela falta de verbas governamentais que o Estado delegou à iniciativa privada a tarefa da colonização, mas em decorrência de interesses econômicos e políticos das elites brasileiras relacionados ao contexto de expansão do capital:

Compreende-se a preferência pela colonização particular, também pelo fato do governo mato-grossense ter utilizado terras públicas como moeda de troca no jogo de interesses político-partidário e econômico, cuja prática intensificou-se durante a década de 1950. Essas terras serviram de premiação ou pagamento de favores políticos nas disputas eleitorais (ANTÔNIO, 2015, p. 51).

Prova disto é que, nesse período, órgãos governamentais foram criados nas esferas estadual e federal para dar suporte e promover a atividade das empresas privadas, além das políticas fundiárias que asseguraram o domínio dessas empresas sobre o território.

É fato que a expansão da fronteira agrícola provocou o aumento da população na porção oeste do Brasil, sendo duplamente favorável aos latifundiários, primeiramente, pelo fato de retirar os camponeses que lutavam pela terra de áreas de tensão social; em segundo, por ter direcionado os trabalhadores para novas áreas onde eram fundamentais na execução das tarefas

de desmatamento e preparação do solo para uma nova atividade agrícola, ou seja, proporcionar ao espaço as condições necessárias para a expansão e reprodução do capital (VASCONCELOS, 1986).

Na região onde posteriormente foi fundado o município de Ivinhema, também houve a exploração de erva mate sob o monopólio da Companhia Matte Larangeira e grande presença de camponeses paraguaios, que exploraram os ervais de maneira independente ou eram funcionários, estes permaneceram nas terras mesmo após o término das atividades da empresa (JESUS, 2004).

A presença de camponeses paraguaios em terras do Ivinhema foi identificada em relatório¹ encomendado por Reynaldo Massi, que posteriormente fundaria a empresa colonizadora responsável por adquirir as terras que deram origem ao município, onde houve destaque para o fato de haver pouca quantidade de brasileiros na região, tendo sido necessária a contratação de mão de obra paraguaia para a abertura de picadas nas matas para a realização dos estudos geográficos sobre a viabilidade da colonização.

Esses camponeses paraguaios viviam da pesca e da caça, do cultivo de lavouras como arroz, feijão, milho, abóbora e mandioca e da criação de suínos para o autoconsumo² e comercialização com mascates que abasteciam a região com roupas, sal, açúcar e cachaça. Por isso, acredita-se que a produção dos camponeses era considerável e para se obter excedentes para comercialização era necessário o cultivo de relevante área de terras.

De acordo com Santana e Faria (2019), antes deles, já havia o registro histórico da presença de indígenas Guaranis que ocupavam toda região da bacia do rio Ivinhema até o início da expansão capitalista.

No caso dos camponeses, a maioria caracterizava-se como posseiros-agregados, com o consentimento dos proprietários, em outros casos, os camponeses se apossaram da terra sem a autorização dos donos, no entanto, em ambos os casos eram importantes para garantir do domínio da terra ao pretense proprietário:

A função dos ribeirinhos como posseiros e, conseqüentemente, lavrando a terra para os proprietários, configurava uma estratégia para garantir a posse, pois a legislação estadual exigia do adquirente de terras seu cultivo ou colonização. Da mesma forma, a “conveniência” para os proprietários poderia não ser apenas de evitar conflitos, mas também de ter a posse assegurada (ANTÔNIO, 2015, p. 61).

¹ Entre 1956 e 1957 foi realizada uma expedição e elaboração de relatório técnico a mando de Reynaldo Massi, com o objetivo de levantamento de dados geológicos, geomorfológicos e pedológicos da região para mapeá-los, no sentido de se estudar a viabilidade da implementação do projeto de colonização (MELO, 2016).

² O termo autoconsumo é utilizado em detrimento do de subsistência, como proposto por Paulino e Almeida (2010).

A grande presença de paraguaios era considerada um obstáculo para a realização do empreendimento, pois pesava sobre os mesmos estereótipos de arruaceiros e vagabundos, muito embora os mesmos estivessem trabalhando para eles, em contrapartida, os paulistas são colocados como os mais aptos a explorar as terras como forma de expandir a civilização.

Desde o fim da concessão da exploração da erva mate à Companhia Matte Larangeira em 1943, as terras voltaram para a administração do Estado, que inicia o processo de privatização das mesmas.

Como visto, o Estado adotou uma política fundiária que privilegiava a venda de terras a empresas de colonização, no caso de Ivinhema, a empresa que adquiriu terras para promover a formação do município foi a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO).

A SOMEÇO foi fundada em Goiânia no ano de 1957, com a finalidade de adquirir terras para implantação de um projeto de colonização, uma vez que, a construção de Brasília atraiu imigrantes e investimentos em infraestrutura para o centro oeste brasileiro.

Mas, pelo fato de o preço da terra já ter se elevado consideravelmente pelo processo de especulação foi impossível escolher uma área com as características necessárias para a implantação do empreendimento, tornando financeiramente inviável aquele projeto de colonização.

Em contrapartida, a política de incentivo à colonização no sul de Mato Grosso, o preço da terra menor do que em outros estados, como Paraná e São Paulo, a boa qualidade do solo e a relativa facilidade de acesso e proximidade com centros consumidores fizeram com que a SOMEÇO voltasse suas atenções para terras na região do rio Ivinhema: “Acrescenta-se a isso o relativo processo de desenvolvimento proporcionado pela colonização de Amandina através da Imobiliária Sul de Mato Grosso, que implantou infraestrutura, como o porto São Luiz e a abertura de estradas”. (ANTÔNIO, 2015, p. 72).

Tais informações foram obtidas em relatório encomendado pela própria SOMEÇO, para estudo da viabilidade da implantação do projeto de colonização e, a partir de 1958, inicia-se o processo de compra de terras para sua concretização.

A política fundiária estadual que estimulou a SOMEÇO a adquirir terras teve relação com a reformulação das leis agrárias em 1949, que já refletiam as intenções do Governo Federal ao devolver a autonomia dos estados para a negociação de terras, conforme previsto na Constituição de 1946.

A lei estadual nº. 336 de 1949, foi promulgada no governo de Fernando Corrêa da Costa (1951 – 1956), lançando as bases necessárias para que empresas e especuladores investissem em terras sob o argumento de colonizá-las (VASCONCELOS, 1986).

Essa política fundiária, permitia aos pretendentes adquirirem até 10 mil hectares individualmente. Sabendo-se que a área máxima anterior era limitada por meio de legislação a 500 hectares, conclui-se o quanto a colonização foi um investimento atrativo para especuladores.

Como consequência da política de venda de terras para a colonização, durante o mandato de Fernando Correa da Costa (1951-1956), muitas negociações foram efetuadas desobedecendo aos critérios estabelecidos, até mesmo com a dispensa de concorrência pública e a não apresentação das garantias de execução dos projetos de colonização por parte dos adquirentes (MORENO, 2007).

A negociação de terras, sem obedecer à finalidade de implementação de projetos de colonização, contribuiu de maneira determinante para a especulação fundiária e a elevação do preço da terra em Mato Grosso, pois muitos especuladores adquiriram vastas extensões de terras devolutas com a finalidade de aguardar sua valorização para só depois revendê-las com grande margem de lucros. Tal prática, configurou o surgimento de latifúndios improdutivos como reserva especulativa (PRADO JÚNIOR, 1979).

Embora a venda das terras ficasse condicionada à colonização por parte do adquirente, o que preponderou foi a compra por parte de investidores com interesses especulativos que realizavam os trâmites legais comprando terras, mas não efetuaram a construção das infraestruturas e nem promoveram efetivamente a colonização (ANTÔNIO, 2021).

Devido às flagrantes irregularidades, João Ponce de Arruda (1956 – 1961), ao assumir o governo do estado, suspendeu a negociação de terras devolutas para que o Departamento de Terras e Colonização (DTC) fosse reorganizado. Feita a auditoria nesse órgão, foi constatado que grande parte dos processos estavam repletos de irregularidades e que as terras vendidas não estavam sendo aproveitadas e nem colonizadas.

Diante desse cenário, o Estado passou a adotar mecanismos jurídicos com o intuito de forçar os especuladores a fazerem o aproveitamento das áreas que foram adquiridas ou revendê-las. Foi nesse momento que a SOMECO começou a adquirir terras de particulares na região do rio Ivinhema para implementar seu projeto de colonização.

A pressão por parte do Estado para que os especuladores revendessem suas terras começou a dar resultados, prova disso está na aquisição das terras em Ivinhema, que foram

compradas durante o governo de Fernando Corrêa da Costa e não estavam sendo cultivadas e em grande parte foram revendidas a SOMECO: “Um exemplo foi Álvaro Gonçalves Hehl Glette, morador de Cafelândia (SP), que em 1º de julho de 1953, adquiriu do Estado de Mato Grosso 6.473,48 hectares que não foram explorados economicamente, sendo revendidos para SOMECO S/A em 1961.” (ÂNTÔNIO, 2015, p. 50)

Outros especuladores também adquiriram terras devolutas diretamente do Estado na região de Ivinhema no começo da década de 1950. Como a legislação estadual havia sido alterada e permitia a venda de até 10 mil hectares para um único comprador, vários lotes tinham área parecida.

Cabe destacar que quando houve os primeiros trabalhos para a demarcação das terras adquiridas pela SOMECO, o atual distrito de Amandina estava em processo de crescimento, já dispondo de madeiras, olarias e máquinas. Já havia, alguns pequenos lotes com cultivos de lavouras e criação de gado.

No entanto, já era flagrante a presença de diversos latifúndios, dentre eles, os pertencentes à Sociedade Agropecuária Jaú Ltda, cuja a propriedade era de especuladores japoneses que residiam em Londrina-PR e as fazendas Itapoã e Santista que existem até os dias atuais e estão sob a propriedade de herdeiros.

A revenda de terras, da maneira como foi feita, comprova que as aquisições de terras devolutas diretamente do Estado tinham como finalidade a valorização por meio da especulação, pois na região tinham sido formados poucos lotes (ANTÔNIO, 2021).

Àquela altura, o preço da terra já havia se elevado devido a construção de infraestruturas do Estado como estradas e a chegada de imigrantes expulsos de outras áreas do país com conflitos sociais, beneficiando os especuladores que obtinham grande retorno ao revenderem suas terras.

A aquisição de terra devolutas diretamente do Estado gerou muita polêmica na imprensa local, o que pode ter interferido na decisão de Reynaldo Massi, dono da SOMECO, em realizar negócios diretamente com particulares que já haviam comprado as terras devolutas a adquiri-las junto ao Estado.

Em 1961, a SOMECO transferiu a sua sede para o município de Dourados e, em 1962, para o núcleo urbano central de Ivinhema, já com o projeto de colonização em andamento, tendo como finalidade a inspeção dos trabalhos que estavam sendo executados.

O projeto de colonização da SOMECO tinha como finalidade a construção de infraestruturas urbanas e rurais para atrair imigrantes, propiciar a exploração agrícola e pastoril, bem como dar suporte para tais atividades:

O Projeto de Colonização desenvolvido pela empresa visava o desenvolvimento de terras incultas, com planejamento de cidades e núcleos rurais, a implantação da pequena propriedade, financiamento ao pequeno produtor, com incentivo à migração e a formação da infraestrutura para o aumento da produtividade e a elevação do nível de vida rural (ANTÔNIO, 2015, p. 72).

Essa empresa adquiriu inicialmente cerca de 72 mil hectares de terras com a finalidade de implementar um núcleo urbano e fazer a divisão de pequenos lotes e revendê-los a colonos, que vieram principalmente do sul, sudeste e nordeste do país.

Ao longo da implementação do projeto de colonização, entre 1961 a 1986, foram loteadas as seguintes glebas rurais: Cristalino, Jaborandi, Azul, Guiraí I e II, Maraú, Piravevê, Itapoã, Virória, Ubiratã e Ouro Verde, correspondendo a uma área total de 71.237,22 hectares, sendo que cada um desses núcleos possuía um planejamento de colonização, com o objetivo de criar infraestruturas que permitissem a permanência e fixação dos mesmos na terra.

O núcleo urbano central, a cidade de Ivinhema, foi construído na Gleba Piravevê, para receber toda a infraestrutura da administração pública, área para a construção de bairros, indústrias e comércio, para que houvesse também a disponibilização de recursos aos colonos no campo, como assistência técnica e comercial na compra e comercialização de produtos (ANTÔNIO, 2021).

Figura 3: Vista aérea de Ivinhema-MS em 1963



Fonte: História de Ivinhema.

Ao ter acesso aos relatórios e projetos da SOMECO para os onze núcleos rurais, Antônio (2015), identificou os trabalhos da colonizadora em dois momentos: no primeiro, buscou-se vender lotes com extensão entre 5 e 100 hectares, ou seja, pequenas propriedades; no segundo momento, as áreas médias negociadas aumentaram para 400 hectares.

A exploração econômica dos lotes proposta pela SOMECO também teve duas etapas: na primeira, havia a indicação para cultivo de mamona, arroz, feijão, milho, soja, algodão e amendoim; em um segundo momento, essas culturas passaram a ser utilizadas mais como temporárias intercaladas às lavouras de amora e café em formação. Para as propriedades acima de 100 hectares, foi sugerida a atividade pecuária nos dois momentos.

A tabela 1 mostra como ficou a divisão dos estabelecimentos agropecuários, conforme os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos por grupos de área total em Ivinhema-MS³.

ESTRATO DE ÁREA (HA)	1970		1975		1980		1985	
	Estabele- cimentos (%)	Área (Ha) (%)	Estabele- cimentos (%)	Área (Ha) (%)	Estabele- cimentos (%)	Área (Ha) (%)	Estabele- cimentos (%)	Área (Ha) (%)
Até 2	2,4	0,03	3,4	0,05	2,5	0,02	2,4	0,01
2 a 20	77,9	6,4	81	7,6	73	6	64,2	4,6
20 a 49	14,4	4,2	10,2	3,6	14,1	4	19	4,7
50 a 99	2,7	2	2,2	1,9	4,4	3	6,3	3,6
100 a 499	1,6	3,7	2	4,4	4,4	9,28	6	11
500 a 999	0,3	2	0,3	2,4	0,3	2	0,5	2,74
1000 a 9999	0,5	28	0,7	34,7	1,2	45,1	1,5	48,6
Acima de 10000	0,2	53,67	0,2	45,35	0,2	30,6	0,1	24,75

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980 e 1985 IBGE.

A tabela mostra que entre 1970 e 1985, em média 76% dos estabelecimentos ocupavam menos de 20 hectares, ou seja, menos de um módulo fiscal. Nesse mesmo período, esses estabelecimentos ocuparam uma média de área de 6,1%. As pequenas propriedades, com até 50 hectares, representavam em média 91,1% dos estabelecimentos e ocupavam apenas 10,3% da área total declarada nos censos.

Na outra extremidade estão os estabelecimentos acima de 500 hectares, dimensão considerada pelo INCRA como de grande propriedade para Ivinhema, esse estrato teve, em média, apenas 1,5% do total de estabelecimentos, mas ocupou 80% da área declarada nos

³ O recorte temporal utilizado na análise de dados dos censos agropecuários, entre os anos de 1970 e 1985, se deve ao fato do município ter sido desmembrado em 1992, com a criação de Novo Horizonte do Sul. Dessa forma, para os fins dessa pesquisa, optou-se por considerar esse período.

censos agropecuários, uma evidência da monopolização fundiária no município que, aliás, aumentou no período, conforme mostrou os dados.

Cabe esclarecer que existe limitação na divisão dos estabelecimentos, quando observamos o raciocínio adotado pelo INCRA, as propriedades são classificadas em pequenas, médias e grandes, a partir do módulo fiscal.

De acordo com tal divisão, a pequena propriedade poderá ter até 4 módulos fiscais, a média entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande acima de 15 módulos fiscais. De acordo com essa definição, o tamanho de um estabelecimento classificado como pequeno é de até 120 hectares em Ivinhema, as médias com até 450 hectares e as grandes com extensão acima disso.

A questão é que os dados dos Censos Agropecuários do IBGE têm como base outro parâmetro que não a propriedade da terra, mas as unidades econômicas de gestão da terra por meio da categoria estabelecimento:

Sendo assim, algumas variações entre as duas bases de dados são compatíveis com a dinâmica decorrente das duas delimitações, a do INCRA, baseada na efetiva propriedade da terra, logo um parâmetro jurídico, e a do IBGE, pautada no critério de uso da terra, logo um parâmetro econômico, a exemplo de arrendamentos, parcerias e demais formas de concessão de uso, que podem recuar ou expandir-se conforme a conjuntura, mas que em nenhuma hipótese modificam os termos do monopólio fundiário. Por isso, considera-se que, genericamente, os dados sobre estabelecimentos expressam a realidade sobre a propriedade privada no país, razão pela qual ora se faz referência a estabelecimentos e ora a propriedades, forjando uma unidade que se justifica nos termos da análise qualitativa, em prejuízo da precisão conceitual (PAULINO, 2011, p. 116).

Além disso, não se pode desconsiderar o fato de que os censos são fundamentados na autodeclaração, o que pode interferir nos resultados apurados a depender dos interesses dos proprietários de terra, por isso, em todos os anos pesquisados, a soma da área declarada foi muito menor do que a área real ocupada pela zona rural do município.

A área total da zona rural do município era de 285.657 hectares, sendo que o censo agropecuário de 1970 totalizou apenas 157.984 hectares, em 1975 foi 190.418 hectares, em 1980 somou 222.649 hectares e, em 1985, esse número caiu para 217.818 hectares.

De acordo com Paulino (2011), este é um fato recorrente no Brasil, onde muitos proprietários de terra não declaram o que possuem de fato para esconder a improdutividade de suas terras e atos de grilagem, por isso, infere que as terras não declaradas nos censos estão sob controle de latifundiários.

No entanto, esse fato não desqualifica os dados, “até porque essa é a única referência quantitativa acerca das dinâmicas produtivas do campo brasileiro expressas para o conjunto da União e demais instâncias político-administrativas.” (PAULINO, 2011, p. 116).

A tabela mostra a presença da concentração fundiária desde o primeiro censo feito no município, o de 1970, deixando claro que apesar do projeto difundido pela SOMECO prever a formação de pequenas propriedades, a área por elas ocupadas foi menor comparada a dos latifúndios que se formaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação das terras do atual município de Ivinhema à lógica capitalista de apropriação territorial ocorreu em um contexto de integração nacional, necessidade de o Estado garantir a ocupação de áreas de fronteira e da iminência de explosão de conflitos agrários.

O estudo realizado sobre a formação espacial de Ivinhema permitiu a compreensão de alguns dos atores e fatores que levaram a expansão e ocupação da lógica e as relações de poder e interesse dos grupos que se apropriaram da terra.

A realização da pesquisa levantou diversas questões que podem ser retomadas em futuros estudos como quais foram as consequências da formação de latifúndios em Ivinhema, quais as dificuldades das famílias camponesas que tiveram acesso à terra e qual a rota de migração daqueles que não conseguiram permanecer no município.

De maneira geral, o projeto de colonização da SOMECO para as terras adquiridas na região do rio Ivinhema deve ser entendido em um momento de expansão das relações capitalistas e da fronteira agrícola, necessidade de garantir as fronteiras políticas e abrandar os conflitos no campo e luta camponesa pela terra.

AGRADECIMENTO

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-grossense: Contexto, propósitos e contradições**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). USP, São Paulo, 2001.

ANDRADE, Manuel Correa de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1980.

ANTÔNIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida: A Someco S.A em terras do Ivinhema (1961-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas (FCH). UFGD, Dourados, 2015.

_____. Os projetos de colonização da Someco S/A diante das ocupações na gleba Santa Idalina (1984-1986). **ANPUH – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação de terra do Sul de Mato Grosso 1880-1940**. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, ano IV, n. 2, junho, 1973.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 14 O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1983.

CRUZ, Maria Clara da. O Conceito de Formação Espacial: Sua Gênese de Contribuição para a Geografia. **GEOgraphia** -Ano V - No 9 -, Rio de Janeiro, 2003.

FABRINI, João Edmilson. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato Grosso do Sul**: o caso Itaquiraí. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate: o outro lado**: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados, 2004.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar-ago, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, Thiago da Silva. **Questão Agrária e expansão da agroindústria canavieira no município de Ivinhema-MS**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados-MS: UFGD, 2009.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio C.R.; COSTA, Wanderley M. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In SANTOS, Milton (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvehdar máscaras sociais in MOREIRA, Ruy (org.) Geografia: **Teoria e Crítica**. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 14, nº. 27, p. 67-90, jan./jun. 1999.

_____. **Terra e poder de Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entre Linhas/Ed. UFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Apropriação da Renda da Terra pelo Capital na Citricultura Paulista. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.1, 1986.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Regional). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis. 1999.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro: estudo comparativo. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 10, p. 111-128, 2011.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

PRIORE, Mary Del. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Ed. Planeta, 2010.

SANTANA, Silvia; FARIA, Alcides. **Bacia do rio Ivinhema: um território tradicional Guarani**. Campo Grande-MS: ECOA, 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SILVA, Lúgia Osório. As Leis Agrárias e o latifúndio improdutivo. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras (FCL). UNESP, Assis, 1986.